
Fundação Saúde Itaú
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Fundação Saúde Itaú

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Saúde Itaú ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as correspondentes demonstração do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Saúde Itaú em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às



Fundação Saúde Itau

entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Fundação Saúde Itaú

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2019

A handwritten signature in black ink that reads "PwC".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in black ink that reads "Carlos Eduardo Sada Matta".

Carlos Eduardo Sada Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em Milhares de Reais)

A FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ com sede na Rua Curitiba, 689 11º andar, Centro, CEP 30170-120 – Belo Horizonte – MG, está registrada na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob nº. 31.212-6 e classificada na modalidade **Autogestão**, a qual tem por objeto proporcionar assistência à saúde aos colaboradores e aposentados do conglomerado Itaú Unibanco, bem como seus respectivos dependentes definidos na política de benefícios do empregador.

Além dos planos de assistência à saúde, a Fundação Saúde Itaú administra o Programa Viver com Saúde, destinado à atividades de cuidados preventivos à saúde, bem como serviços que visam dar maior transparência e qualidade para as atividades assistenciais desenvolvidas.

O custo do Plano de Saúde Itaú é estimado anualmente no mês de março pela consultoria Willis Towers Watson e considera a variação dos custos médicos e hospitalares, bem como o perfil dos participantes.

O Plano de Saúde Itaú é estruturado em sete padrões para atender ao modelo de benefício concedido pelo Itaú Unibanco aos seus colaboradores. A partir de março de 2010 conforme desenho atuarial, estão previstos padrões de confortos diferenciados entre si pela rede credenciada, pelos valores de reembolso e pela acomodação em caso de internação, a saber:

- Plano Básico, com acomodações de enfermaria ou quarto coletivo.
- Planos Especial, Especial I, Executivo, Executivo I, Executivo II e Premium com acomodação apartamento.

A partir de julho de 2012 a Fundação contratou a Porto Seguro Saúde S/A (“Porto Saúde”) e a Porto Seguro Serviços Médicos S/A (“Porto Serviços”) para cessão de rede e realização do back office sendo que:

- A Porto Saúde possui uma rede referenciada, composta por prestadores de serviços médico-hospitalares e laboratoriais, com objetivo de permitir o acesso aos serviços assistenciais de saúde integrantes da Rede Referenciada da Porto Saúde aos beneficiários da Fundação;
- A Porto Serviços, com a finalidade de prestação de serviços operacionais (back office técnico e administrativo), relacionados aos processos referentes à carteira de beneficiários dos planos de assistência à saúde.

Este relatório visa atender a Resolução Normativa 390, de 02 de dezembro de 2015, Capítulo I - Normas Gerais item 6.3.7 e dispõe os seguintes pontos:

a) Política de Destinação de Lucros/Superávits/Sobras:

A destinação dos superávits ou absorção dos déficits pela reserva ou fundo é feita de acordo com os resultados obtidos nos planos de saúde e nos programas e serviços adicionais, sendo que as reservas têm como objetivo a cobertura de eventual déficit no encontro de receitas e despesas anuais e dos riscos inerentes aos planos de saúde. Os recursos para constituição e manutenção das reservas são provenientes dos superávits obtidos, assim como, pela rentabilidade obtida na aplicação financeira desses recursos (Nota 11).

b) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade/entidade e/ou no resultado do exercício:

A Fundação apurou um superávit no exercício findo 31 dezembro de 2018 no valor de R\$ 34.214, tendo em vista o equilíbrio nas contraprestações frente aos eventos indenizáveis, correspondendo a uma sinistralidade de 90,3%

c) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:

Não se aplica para a Fundação Saúde Itaú.

d) Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s):

Manutenção da Gestão Corporativa e ampliação dos programas de prevenção a doenças e promoção à saúde; e
Melhorar a performance nas avaliações do órgão regulador – ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;

e) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção à saúde:

Atividades Realizadas – 2018

Programa Viver com Saúde

- Programa de Apoio à Saúde, destinado a pacientes com grande incidência de utilização de recursos médicos, visando avaliar a necessidade individual de cada paciente;
- Núcleo de Programas de Promoção à Saúde, destinado a pacientes com distúrbios na coluna;
- Programa de Atendimento Domiciliar, propiciando suporte pós internação hospitalar;
- Oficinas de:
 - Yoga;
 - Ginástica;
 - Caminhada;
 - Dança de salão;
 - Informática e;
 - Canto terapia.

Gestão Corporativa

- Atendimento ao Ministério Público - Tutela de Fundações de Saúde no que tange às obrigações estatutárias perante a este ente público e às demais solicitações oficiadas pelo mesmo;
- Atendimento ao órgão regulador ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar no que tange às obrigações regulatórias perante a este ente público e às demais solicitações oficiadas pelo mesmo;
- Atendimento às entidades representativas - Sindicatos e Associações de Aposentados no que tange às obrigações estatutárias perante a estas entidades e às demais solicitações oficiadas pelas mesmas;
- Gestão Financeira dos Recursos - Repasses para pagamentos de sinistros, reembolsos e o controle das movimentações diárias de caixa, aplicações e resgates, bem como garantia e cobertura de provisões e margem de solvência;
- Controle diário dos relatórios de pagamentos para fins de elaboração do fluxo de caixa diário e mensal e;
- Elaboração do orçamento anual.

Outras Atividades

- Atendimento presencial diário aos beneficiários dos planos de saúde da Fundação.

f) Resumo dos acordos de acionistas:

Não se aplica para a Fundação Saúde Itaú.

g) Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:

Não se aplica para Fundação, em razão de seus investimentos estarem classificados como ativos mantidos para negociação. Os recursos estão aplicados em Títulos Públicos – Letra Financeira do Tesouro vinculados às provisões técnicas em conformidade com Resolução Normativa – RN nº 209 de 22/12/2009 da ANS e os ativos livres em um Fundo de Renda Fixa – Lausanne.

h) Emissão de debêntures:

Não se aplica para a Fundação Saúde Itaú.

i) Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar modificações ocorridas durante o exercício:

Não se aplica para a Fundação Saúde Itaú.

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		536.530	477.453
Disponível	2.3c e 3	3.120	1.042
Realizável		533.410	476.411
Aplicações Financeiras	2.3d e 4	531.511	473.794
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		200.955	173.026
Aplicações Livres		330.556	300.768
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.622	2.387
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		180	767
Outros Créditos e Provisões Perdas de Créditos	2.3e	52	59
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	5	1.390	1.561
Créditos Tributários e Previdenciários		-	15
Bens e Títulos a Receber		132	101
Despesas Antecipadas	13a	145	114
NÃO CIRCULANTE		31.901	29.831
Realizável a Longo Prazo		31.723	29.645
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.3f e 6	31.723	29.645
Imobilizado	2.3g e 7	178	186
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares/Não Odontológicos		172	176
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares/Não Odontológicos		6	10
TOTAL DO ATIVO		568.431	507.284

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		357.190	326.448
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	239.955	236.105
Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar para SUS		755	824
Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		67.055	93.838
Provisão de Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	2.3i	172.145	141.443
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		86.758	72.181
Contraprestações / Prêmios a Restituir		8	10
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	2.3j e 9	86.750	72.171
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		2.077	1.440
Débitos Diversos	13b	28.400	16.722
NÃO CIRCULANTE		39.459	44.111
Provisões para Ações Judiciais	2.3k e 10	39.459	44.111
PATRIMÔNIO SOCIAL		171.782	136.725
Reservas	11	171.782	136.725
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		568.431	507.284

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	13c	1.232.373	1.167.982
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.232.373	1.167.982
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos		1.341.003	1.158.749
Corresponsabilidades Assumidas Líquidas		(108.630)	9.233
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS/SINISTROS RETIDOS		(1.130.125)	(1.053.578)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	15	(1.099.423)	(1.019.093)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(30.702)	(34.485)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		102.248	114.404
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		278	3
Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar		6	-
Outras Receitas Operacionais		272	3
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(5.953)	1.651
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	13d	(2.117)	(404)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.836)	2.055
Outras Despesas Oper.de Assist.à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	13e	(10.880)	(19.245)
RESULTADO BRUTO		85.693	96.813
Despesas Administrativas	13f	(74.321)	(86.956)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		22.842	28.777
Receitas Financeiras	13g	31.467	35.504
Despesas Financeiras	13h	(8.625)	(6.727)
Superávit do Exercício		34.214	38.634

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	Reservas	Fundo Administrativo	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2016	96.900	-	-	96.900
Destinações:				
Superávit do Exercício		-	38.634	38.634
Outros Ajustes:				
Fundo Administrativo (Nota 11)	-	1.191	-	1.191
Constituição de Reservas				
Fundo Administrativo (Nota 11)	1.191	(1.191)	-	-
Transferência do Superávit do Exercício	38.634	-	(38.634)	-
Saldos em 31/12/2017	136.725	-	-	136.725
Destinações:				
Superávit do Exercício		-	34.214	34.214
Outros Ajustes:				
Fundo Administrativo (Nota 11)	-	843	-	843
Constituição de Reservas				
Fundo Administrativo (Nota 11)	843	(843)	-	-
Transferência do Superávit do Exercício	34.214	-	(34.214)	-
Saldos em 31/12/2018	171.782	-	-	171.782

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	1.332.302	1.205.379
Resgate de Aplicações Financeiras	1.067.945	830.822
Outros Recebimentos Operacionais	31.003	9.179
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(1.240.610)	(1.015.587)
Pagamento de Pessoal	(1.029)	(758)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(65.038)	(60.336)
Pagamento de Tributos	(11.430)	(13.629)
Pagamento de Aluguel	(98)	(91)
Aplicações Financeiras	(1.102.793)	(955.064)
Outros Pagamentos Operacionais	(8.174)	(5.290)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.078	(5.375)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Intangível	-	(2)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO	-	(2)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	2.078	(5.377)
CAIXA - Saldo Inicial	1.042	(5.377)
CAIXA - Saldo Final	3.120	1.042
ATIVOS LIVRES NO INÍCIO DO PERÍODO	301.810	185.764
ATIVOS LIVRES NO FINAL DO PERÍODO	333.676	301.810
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	31.866	116.046

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	34.214	38.634
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais	851	1.213
Depreciações e Amortizações	8	22
Atualização Monetária do Fundo Administrativo	843	1.191
Resultado do Período Ajustado	35.065	39.847
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(32.987)	(45.222)
(Aumento)/Redução em Ativos	(59.077)	(120.588)
Aplicações Financeiras	(57.717)	(154.066)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	765	1.841
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	-	(100)
Créditos Tributários e Previdenciários	15	(15)
Bens e Títulos a Receber	(31)	32.461
Despesas Antecipadas	(31)	(1)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(2.078)	(708)
Aumento/(Redução) em Passivos	26.090	75.366
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	3.850	54.557
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14.577	9.148
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	637	(174)
Débitos Diversos	11.678	1.080
Provisões para Ações Judiciais	(4.652)	10.755
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.078	(5.375)

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Saúde Itaú está registrada na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob nº. 31.212-6 e classificada na modalidade Autogestão. Implantado em novembro de 2003, o plano de saúde denominado Saúde Itaú, regido pela Lei nº. 9.656/98, abrange novos participantes colaboradores do conglomerado Itaú Unibanco lotados no estado de Minas Gerais, e a migração parcial dos participantes ativos e aposentados que utilizavam o Plano Saúde Bemge, com sede no município de Belo Horizonte na Rua Curitiba, 689, 11º andar – Centro. A Fundação tem por objeto proporcionar assistência à saúde aos colaboradores e aposentados do conglomerado Itaú Unibanco bem como seus respectivos dependentes definidos na política de benefícios do empregador.

O plano de Saúde Itaú é estruturado em sete padrões de cobertura para atender ao modelo de benefício concedido pelo Itaú Unibanco aos seus colaboradores. Os padrões são diferenciados entre si pela rede credenciada, pelos valores de reembolso e pela acomodação em caso de internação, a saber:

- Plano Básico, com acomodação enfermaria ou quarto coletivo.
- Planos Especial, Especial I, Executivo, Executivo I, Executivo II e Premium, com acomodação apartamento.

Além dos planos de assistência à saúde, a Fundação administra o Programa Viver com Saúde que é destinado a atividades de cuidados preventivos, bem como serviços que visam dar maior transparência e qualidade para as atividades assistenciais desenvolvidas.

Até maio de 2005 a atuação da Fundação Saúde Itaú estava voltada ao atendimento no estado de Minas Gerais. Em junho de 2005 foi criada a Filial da Fundação Saúde Itaú, no estado de São Paulo, para atendimento através do plano de Autogestão - Saúde Itaú, dos usuários lotados nos estados de São Paulo e Bahia. Em dezembro de 2008, foram criadas as filiais da Fundação Saúde Itaú no estado do Paraná e Goiás, para atendimento através do plano de Autogestão - Saúde Itaú, dos usuários lotados naqueles estados.

O custo do Plano de Saúde Itaú é estimado anualmente no mês de março pela consultoria Willis Towers Watson e considera a variação dos custos médicos e hospitalares bem como o perfil dos participantes.

Em novembro de 2007, foi implantada rede credenciada nacional para os atendimentos de urgência e emergência aos beneficiários do Plano de Saúde Itaú em trânsito nos 27 (vinte e sete) estados da Federação.

Em 03 de julho de 2008, em reunião conjunta do Conselho Curador e da Diretoria, foi aprovada a transferência da sede da Fundação de Belo Horizonte para São Paulo.

Em 29 de dezembro de 2008, através do Ofício 4370/2008/GGEOP/DIPRO/ANS, a ANS aprovou a solicitação de autorização para cessão total da carteira de planos de saúde da operadora PASS – Associação de Assistência à Saúde para a Fundação, cuja implementação operacional ocorreu em 01 de abril de 2009.

Em 09 de junho de 2009, através do ofício nº 38/2009/DIPE/ANS, a ANS aprovou o processo de incorporação da CASBEG – Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da BEG pela Fundação, cuja implementação operacional ocorreu a partir de 01 de janeiro de 2010.

Em reunião do Conselho de Curadores realizada no dia 26 de fevereiro de 2010, foi deliberada a incorporação total da PASS – Associação de Assistência à Saúde com versão de seus ativos e passivos para a Fundação.

A partir de junho de 2010 os colaboradores do Distrito Federal passaram a ser atendidos pela Fundação Saúde Itaú através da filial Goiás.

Em julho de 2011 o Conselho Curador aprovou a alteração de endereço da Filial denominada Goiânia inscrita no CNPJ sob nº 73.809.352/0004-09, situada na Rua 21 nº 99 – Parte, Centro, CEP: 74030-070, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, para a Avenida República do Líbano, nº 1551, Setor Oeste, CEP: 74115-030, na mesma cidade e estado.

Em 22 de junho de 2012, em reunião conjunta do Conselho Curador e da Diretoria, foi aprovada a alteração do endereço da sede da Rua Boa Vista, 364 - Centro, CEP 01014-000 em São Paulo – SP, para Rua Curitiba, 689 – 11º andar, Centro – CEP 30170-120, em Belo Horizonte – MG.

A partir de julho de 2012 a Fundação contratou a Porto Seguro Saúde S/A (“Porto Saúde”) e a Porto Seguro Serviços Médicos S/A (“Porto Serviços”) sendo que:

A Porto Saúde possui uma rede referenciada de prestadores de serviços, composta por prestadores de serviços médico-hospitalares e laboratoriais, com objetivo de permitir o acesso aos serviços assistenciais de saúde integrantes da Rede Referenciada da Porto Saúde aos beneficiários da Fundação;

A Porto Serviços, com a finalidade de prestação de serviços operacionais (suporte técnico e administrativo), relacionados aos processos referentes à carteira de beneficiários dos planos de assistência à saúde.

As demonstrações contábeis da Fundação Saúde Itaú elaboradas para o período de 01/01 a 31/12 de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Curador em 21/03/2019.

No quadro a seguir apresenta-se a composição do número de participantes:

DESCRIÇÃO	2018					2017				
	Saúde Casbeg	Saúde Bemge	Saúde Pass	Saúde Itaú	Total	Saúde Casbeg	Saúde Bemge	Saúde Pass	Saúde Itaú	Total
Ativos	-	-	-	129.990	129.990	-	-	-	128.787	128.787
Titular	-	-	-	61.758	61.758	-	-	-	60.051	60.051
Dependente	-	-	-	68.232	68.232	-	-	-	68.736	68.736
Aposentados ⁽¹⁾	433	178	367	29.586	30.564	556	188	396	25.547	26.687
Titular	253	150	219	15.029	15.651	258	91	235	13.322	13.906
Dependente	180	28	148	14.557	14.913	298	97	161	12.225	12.781
Outros ⁽²⁾	537	-	-	4.443	4.980	368	-	-	4.638	5.006
Titular	194	-	-	1.835	2.029	118	-	-	1.826	1.944
Dependente	343	-	-	2.608	2.951	250	-	-	2.812	3.062
Totais	970	178	367	164.019	165.534	609	188	396	158.972	160.165
Titular	447	150	219	78.622	79.438	61	91	235	75.199	75.586
Dependente	523	28	148	85.397	86.096	548	97	161	83.773	84.579

⁽¹⁾ Inclui pensionistas;

⁽²⁾ Considera autopatrocinados e funcionários desligados.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades reguladas pela ANS, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariam as Resoluções Normativas nº 418 de 26/12/2016 e nº 430 de 07/12/2017, da ANS.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referendou por meio da Instrução Normativa nº 37 de 22 de dezembro de 2009, a aplicação de todos os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), que também foram aprovados pelo Conselho Federal (CFC) nos anos de 2008 e 2009, com exceção do CPC 11 “Contrato de Seguro”, que será objeto de regulamentação específica da ANS.

A Fundação não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

A seguir apresentamos a Demonstração do Superávit e Balanço Patrimonial referente ao exercício de 31/12/2017, considerando as alterações exigidas pela RN nº 430 para efeitos comparativos com as Demonstrações de 31/12/2018:

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2017	Ajuste RN nº 430	31/12/2017
CIRCULANTE		477.453	-	477.453
Disponível		1.042	-	1.042
Realizável		476.411	-	476.411
Aplicações Financeiras		473.794	-	473.794
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		173.026	-	173.026
Aplicações Livres		300.768	-	300.768
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		826	-	2.387
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		767	-	767
Outros Créditos e Provisões Perdas de Créditos		59	-	59
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	2.1		1.561	1.561
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		1.561	(1.561)	-
Créditos Tributários e Previdenciários		15	-	15
Bens e Títulos a Receber		101	-	101
Despesas Antecipadas		114	-	114
NÃO CIRCULANTE		29.831	-	29.831
Realizável a Longo Prazo		29.645	-	29.645
Depósitos Judiciais e Fiscais		29.645	-	29.645
Imobilizado		186	-	186
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares/Não Odontológicos		176	-	176
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares/Não Odontológicos		10	-	10
TOTAL DO ATIVO		507.284	-	507.284
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				
CIRCULANTE		326.448		326.448
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		236.105		236.105
Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar para SUS		824		824
Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		93.838		93.838
Provisão de Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		141.443		141.443
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		72.181		72.181
Contraprestações / Prêmios a Restituir		10		10
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		72.171		72.171
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.440		1.440
Débitos Diversos		16.722		16.722
NÃO CIRCULANTE		44.111		44.111
Provisões para Ações Judiciais		44.111		44.111
PATRIMÔNIO SOCIAL		136.725		136.725
Reservas		136.725		136.725
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		507.284		507.284

FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2017	Ajuste RN nº 430	31/12/2017
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		1.158.749	9.233	1.167.982
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.158.749	9.233	1.167.982
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	2.1	1.158.749	9.233	1.167.982
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS/SINISTROS RETIDOS		(1.053.578)	-	(1.053.578)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(1.019.093)		(1.019.093)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(34.485)		(34.485)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		105.171	9.233	114.404
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		9.236	(9.233)	3
Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar	2.1	9.233	(9.233)	-
Outras Receitas Operacionais		3	-	3
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		1.651	-	1.651
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(404)	-	(404)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		2.055	-	2.055
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(19.245)	-	(19.245)
RESULTADO BRUTO		96.813	-	96.813
Despesas Administrativas		(86.956)	-	(86.956)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		28.777	-	28.777
Receitas Financeiras		35.504	-	35.504
Despesas Financeiras		(6.727)	-	(6.727)
Superávit do Exercício		38.634	-	38.634

2.2 Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos existentes

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

2.3 Estimativas, Julgamentos e Premissas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, em acordo com o CPC, exige que a administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos divulgados na data das demonstrações contábeis. Dentre elas os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois o uso de estimativas e julgamentos é complexo, considerando diversas premissas e projeções futuras. Por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

A Fundação não possui estimativas contábeis, além das provisões técnicas, consideradas críticas que possam representar um risco significativo, com probabilidade de causar algum ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos nos períodos subsequentes.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

- a) **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** – As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, sendo sua moeda funcional e de apresentação.
- b) **Apuração do Resultado** – Os recursos coletados e os recursos utilizados foram registrados pelo regime de competência.
- c) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – As disponibilidades compreendem o caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- d) **Ativos Financeiros** – A administração classifica seus ativos financeiros sob a categoria e mensurados a valor justo por meio do resultado, que são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante independentemente dos seus prazos de vencimento, conforme determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS

através da Resolução Normativa – RN nº 390 de 02/12/2015. A aplicação vinculada às provisões técnicas está demonstrada no Ativo Circulante e Ativo não Circulante quando aplicável. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado” são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro Líquido” no período que ocorrem.

O CPC 40 define o valor justo de mercado, estabelece uma estrutura para mensurar o valor justo de mercado em princípios contábeis geralmente aceitos e amplia as exigências de divulgação sobre as medições de valor justo de mercado. O CPC 40 requer, entre outras determinações, a utilização de técnicas de avaliação de valor justo que maximizem o uso de critérios e que reduzam a adoção de critérios não observáveis.

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com seus valores de mercado que são baseados em uma das seguintes categorias:

- **Nível I** – Cotações obtidas em mercados ativos, ou seja, nos quais a Fundação tem acesso, na data-base da avaliação, de um mercado ativo para um ativo. Um mercado ativo é considerado aquele que as transações dos ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficiente para proporcionar informações de precificação em base correntes.
- **Nível II** – Outras variáveis que não cotações de mercado considerados no Nível I e que são observáveis para ativos e passivos, direta ou indiretamente, tais como: cotações de mercado para ativos e passivos similares, em mercados ativos ou não, e outras variáveis que não cotações de mercado observáveis (por exemplo: taxa de juros e retornos esperados). Determinados ajustes para essas variáveis podem ser adotados, baseados, por exemplo, no volume e nível de atividade nos mercados nos quais tais variáveis são observados.
- e) **Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC** – Foi constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações de saúde, bem como na análise das operações vencidas e vincendas, julgadas suficientes para cobertura de eventuais perdas, em conformidade com Resolução Normativa nº 390 de 02/12/2015 Capítulo I – Normas Gerais item 10.2.3.
- f) **Depósitos Judiciais** - Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente utilizando-se do mesmo critério de atualização adotado na provisão para contingência correspondente.
- g) **Imobilizado** – São demonstrados ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. O custo inclui quaisquer gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A vida útil econômica dos ativos, revisada anualmente, é definida usando método linear para alocar seus custos deduzidos do seu valor residual, que é estimada como segue:

Edificações	45 anos
Móveis e Utensílios, Instalações, Máquinas e Equipamentos de Telecomunicações	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
- h) **Contas a Pagar** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas pelo valor da fatura ou do contrato correspondente, classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.
- i) **Provisões Técnicas** - A partir de janeiro de 2017 a Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA passou a adotar metodologia própria conforme disposto na Resolução Normativa – RN nº 393 de 09/12/2015 e considera os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos conforme Resolução Normativa – RN nº 209 de 22/12/2009, ambas da ANS.
- j) **Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios** - A parcela referente ao período de risco a decorrer no mês de competência é registrada no Passivo Circulante e as Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.
- k) **Provisões** – Os passivos contingentes são decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos público em ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

Ações Cíveis

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências referem-se basicamente às ações movidas por participantes contra procedimentos médicos não cobertos pelo plano de saúde.

Não existem ações cíveis categorizadas como perda possível.

Ações Trabalhistas

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem ações trabalhistas categorizadas como perda possível.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidação das obrigações e que o montante de obrigações possa ser estimado com razoável segurança. As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisão para Contingências;
- **Possíveis:** são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

- l) **Outras Receitas/Despesas Operacionais** – Registradas pelo regime de competência, referem-se basicamente à prestação de serviço de assistência médico-hospitalar em razão da utilização da rede credenciada fora da área de cobertura do plano.
- m) **Gestão de Risco** – Em decorrência de suas atividades, a Fundação assume riscos inerentes às suas operações relacionadas com o mercado, legislação, premissas atuariais, sistema operacional e de gestão, alteração na política monetária e risco soberano do país.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Conta Corrente - Bancos	3.120	1.042
n) Total	3.120	1.042

NOTA 4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

a) Composição por tipo e prazo de vencimento

As aplicações Financeiras são custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento das Aplicações já ajustadas aos respectivos valores de mercado:

DESCRIÇÃO	Vencimento	Valor Justo	
	De 1 a 5 anos	31/12/2018	31/12/2017
Títulos Públicos ⁽¹⁾	200.955	200.955	173.026
Letras Financeiras do Tesouro	200.955	200.955	173.026
Cotas de Fundo de Investimento RT - LAUSANNE	330.556	330.556	300.768
Letras do Tesouro Nacional	48.638	48.638	250.770
Letras Financeiras do Tesouro	281.918	281.918	-
Notas Tesouro Nacional	-	-	49.998
Total	531.511	531.511	473.794

⁽¹⁾ O montante de R\$ 200.955 (2017 - R\$ 173.026) refere-se a recursos garantidores lastreados obrigatoriamente para fins de cálculo das provisões técnicas, nos moldes da regulamentação vigente (Nota 8b).

b) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco de nossas aplicações:

DESCRIÇÃO	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Instrumentos Financeiros	200.955	330.556	531.511	173.026	300.768	473.794
Letras Financeiras do Tesouro	200.955	-	200.955	173.026	-	173.026
Cotas de Fundos de Investimentos	-	330.556	330.556	-	300.768	300.768

c) Exposição máxima das Aplicações segregadas por setor de atividade

Descrição	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	531.511	100,00%	473.794	100,00%
Total	531.511	100,00%	473.794	100,00%

O quadro abaixo apresenta a carteira das Aplicações classificadas por nível de risco em:

Classificação interna	Ativos Financeiros a Valor Justo	
	31/12/2018	31/12/2017
Baixo	531.511	473.794
%	100,00%	100,00%

NOTA 5 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES ASSISTENCIAIS À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Referem-se a Convênios de Reciprocidade entre a Fundação e Entidades Congêneres, para atendimentos de assistência à saúde, nos Estados, onde as conveniadas não possuem rede credenciada própria, conforme artigo 20 da RN. nº 430 de 07/12/2017.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Conveniadas	1.390	1.561
Total	1.390	1.561

NOTA 6 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Composto por depósitos judiciais que decorrem de ações judiciais cujas provisões correspondentes estão sendo demonstradas na Nota 10.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
INSS sobre Serviços Prestados ^(*)	26.473	26.204
Autônomo	16.321	16.052
Cooperativa	10.152	10.152
Ações de Plano de Saúde	3.049	2.329
Ações Trabalhistas	1.330	548
Taxa de Saúde Suplementar	87	87
Depósitos Recursais - FGTS	784	477
Total	31.723	29.645

^(*) Trata-se de ação promovida por alterações no Decreto Lei nº 1.826/96 e Lei nº 9.876/99.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	31/12/2017			31/12/2018	
	Custo	Depreciação	Saldo	Depreciação	Saldo
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares/Não Odontológicos	191	(15)	176	(4)	172
Terrenos ^(*)	65	-	65	-	65
Edificações ^(*)	126	(15)	111	(4)	107
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares/Não Odontológicos	17	(7)	10	(4)	6
Móveis e Utensílios	11	(6)	5	(3)	2
Sistema de Comunicação	6	(1)	5	(1)	4
Total	208	(22)	186	(8)	178

^(*) Refere-se ao imóvel da matriz situado na Rua Curitiba, 689 11º andar - Centro - Minas Gerais- Belo Horizonte

NOTA 8 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas indenizações a pagar apuradas por ocasião do recebimento do aviso do sinistro através da apresentação das contas médicas.
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados;

a) Composição do Saldo

Descritivo da Provisão: "Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA - Corresponde a estimativa do montante de sinistros ocorridos em riscos assumidos até a data do fechamento contábil e ainda não avisados.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA ⁽¹⁾	172.145	141.443
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PSL	67.810	94.662
Avisados nos últimos 30 dias	61.697	87.647
Avisados acima de 30 dias	6.113	7.015
Total das Provisões Técnicas	239.955	236.105

⁽¹⁾ Variação decorrente da mudança de metodologia de cálculo da provisão exigida pela Resolução Normativa ANS 393/2015.

b) Garantias

- I) A partir de janeiro de 2011 a rubrica Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PSL, para os eventos avisados acima de 30 dias, passou a ser lastreada por ativos garantidores em conformidade com a Resolução Normativa nº 227 de 19/08/2010.
- II) Para cobertura da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA e da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PSL, para os eventos avisados acima de 30 dias, estão vinculados Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$ 200.955 (2017 – R\$ 173.026).

NOTA 9 – RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES / PRÊMIOS

É composto pelo recebimento antecipado das mensalidades do plano de Saúde Itaú. Os registros permanecem nesta rubrica no primeiro dia de vigência do mês e, ao final de cada mês, quando são apropriados em receita de acordo com o regime de competência em conformidade com RN nº 390, de 02/12/2015 da ANS e RN nº 418 de 26/12/2016 da ANS.

NOTA 10 - PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
INSS sobre Serviços Prestados - Autônomo ⁽¹⁾	16.542	16.181
Ações de Plano de Saúde ⁽²⁾	16.063	20.641
Ações Trabalhistas	6.767	7.202
Taxa de Saúde Suplementar ⁽³⁾	87	87
Total	39.459	44.111

⁽¹⁾ Discussão das alterações promovidas pelo Decreto Lei nº 1.826/96 e Lei nº 9.876/99 (Nota 5);

⁽²⁾ Ações movidas por participantes requerendo cobertura a procedimentos médicos não cobertos pelo plano;

⁽³⁾ Questionamento sobre cobrança pela ANS de Taxa de Saúde Suplementar do Plano Saúde Bemge (Nota 6).

NOTA 11 - PATRIMÔNIO SOCIAL

A destinação dos superávits ou absorção dos déficits pela reserva ou fundo é feita de acordo com os resultados obtidos nos planos de saúde nos programas e serviços adicionais.

- **Reservas** - As reservas têm como objetivo a cobertura de eventual déficit no encontro de receitas e despesas anuais e os riscos inerentes aos planos de saúde. Os recursos para constituição e manutenção das reservas são provenientes dos superávits obtidos, assim como pela rentabilidade obtida na aplicação financeira desses recursos.
- **Fundo Administrativo** – Constituído com finalidade de financiar programas, serviços e produtos que não são cobertos pelos planos de saúde. Os recursos para constituição e manutenção desse fundo foram provenientes principalmente da comissão mensal recebida pela participação até julho de 2.000 como estipulante da apólice de seguro do Bemge Clube Vida; do lucro obtido pela alienação de Ações do Bemge e BemgeClube; dos planos assistenciais extintos da ex-FASBEMGE e da rentabilidade obtida na aplicação financeira desses recursos.

Para fins de divulgação contábil o saldo de R\$ 14.025 (2017 R\$ 13.182) referente ao fundo administrativo que foi reclassificado para a rubrica de Reservas, para adequação da demonstração contábil à Resolução Normativa – RN nº 390, de 2 de Dezembro de 2015.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	Remuneração	31/12/2018
Evolução do Fundo Administrativo	13.182	843	14.025
Total	13.182	843	14.025

NOTA 12 - MARGEM DE SOLVÊNCIA

Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Margem de Solvência

Apresentamos abaixo a composição do PLA e Margem de Solvência de acordo com as resoluções vigentes:

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	171.782	136.725
Adições:		
Obrigações legais Classificadas no Passivo não Circulante ⁽¹⁾	2.666	5.000
Deduções:		
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	(145)	(114)
Patrimônio líquido Ajustado (PLA)	174.303	141.611
Margem de Solvência		
Contraprestações	1.232.371	1.158.749
0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses	246.474	231.750
(A) Margem de Solvência Contraprestações ⁽²⁾	123.237	92.700
Sinistros Médios - últimos 36 meses	1.031.207	903.395
0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	340.298	298.120
(B) Margem de Solvência Sinistros ⁽²⁾	170.149	119.248
Maior entre (A) e (B)	170.149	119.248
Suficiência/(Insuficiência de Capital)	4.154	22.363

⁽¹⁾ De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, em 31 de dezembro de 2012, deduzido das baixas realizadas em períodos subsequentes aquela data.

⁽²⁾ Corresponde a 60/120 avos em 2018 (48/120 avos em 2017) de acordo com Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009 artigos 6º, 7º e 8º.

NOTA 13 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Despesas Antecipadas

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Saúde Suplementar	112	107
Seguro Garantia	21	-
Convênio Médico	12	7
Total	145	114

b) Débitos Diversos

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	28.030	16.200
Provisões de Pessoal	370	522
Total	28.400	16.722

⁽¹⁾ Refere-se basicamente a prestação de serviços da Porto Seguro Saúde S/A e Porto Seguro Serviços Médicos Ltda - R\$ 22.162 (2017 - R\$ 15.477)

c) Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	1.341.003	1.158.749
Corresponsabilidades Assumidas Líquidas (*)	(108.630)	9.233
Total	1.232.373	1.167.982

^(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadoras), que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

d) Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Programa de Prevenção	(1.454)	(322)
Confecção de Carteiras	(65)	(30)
Outras	(598)	(52)
Total	(2.117)	(404)

e) Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Plano de Saúde da Operadora

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Assistência Médico- Hospitalar ^(*)	(10.880)	(19.245)
Total	(10.880)	(19.245)

^(*) Refere-se aos valores pagos a rede credenciada da Fundação em razão do uso de sua rede por beneficiários de outros planos fora da área de cobertura das demais operadoras.

f) Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de Terceiros ^(*)	(67.818)	(65.018)
Pessoal e Encargos	(1.992)	(1.340)
Tributos	(1.975)	(2.088)
Manutenção e Funcionamento	(1.931)	(1.745)
Convênio de Rateio de Custo Comum	(1.494)	(1.218)
Outros	(421)	(2.410)
Sub-total	(75.631)	(73.819)
Constituição de Provisão para Contingências	(14.212)	(13.137)
Reversão de Provisão Contingências	15.522	-
Total	(74.321)	(86.956)

^(*) Refere-se basicamente a prestação de serviços da Porto Seguro Saúde S/A e Porto Seguro Serviços Médicos Ltda - R\$ 65.025 (2017 - R\$ 61.701)

g) Receita Financeiras

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Fundo Lausanne	19.543	20.983
Letras Financeiras Tesouro	11.229	14.026
Outros	695	495
Total	31.467	35.504

h) Despesas Financeiras

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
IRRF s/ Aplicação Fundo Lausanne	(7.413)	(5.470)
Atualização do Fundo Administrativo	(843)	(1.237)
Outros	(369)	(20)
Total	(8.625)	(6.727)

NOTA 14 – TRIBUTOS

Com relação à tributação, ressalta-se que a Entidade:

- (a) É isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), em conformidade ao § 1º do artigo 15 da Lei 9.532/10 de dezembro de 1997;
- (b) É contribuinte da Contribuição para os Programas de Integração Social – (PIS/PASEP), com base na folha de salários conforme o inciso III do art. 13 da MP 2158-35, de 24 de agosto de 2001, e;
- (c) É contribuinte ao Financiamento da Seguridade Social - (COFINS), com fundamento no art. 14 inciso x, da MP 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a partir de julho de 2015 as Receitas Financeiras que estavam sendo tributadas a alíquota zero, passaram a ser tributadas em 4% para COFINS de acordo com o Decreto nº 8.426, de 1º de Abril de 2015;
- (d) A entidade é isenta de pagamento de tributos, exceto quanto às retenções de Impostos Sobre Serviços – ISS, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre serviços contratados, para auxílio de sua operação, de acordo com o previsto no parágrafo 1º do artigo 15 da Lei nº 9.532/97 e do parágrafo 3º do artigo 10º da Lei 9.718/98.

Apresentamos abaixo os valores dos tributos de IRPJ e CSLL, alíquotas de 25% e 9% respectivamente, para os quais a Fundação Saúde Itaú se considera isenta e que foram calculados como se devido fosse, apenas para fins de divulgação em atendimento aos normativos vigentes.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	11.198	12.665
CSLL	4.047	4.572
Total	15.245	17.237

NOTA 15 - EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informação Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2017 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 1, de 01/11/2013, referente aos planos coletivos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais pós Lei 9.656/98

DESCRIÇÃO	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	31/12/2018	31/12/2017
Rede Contratada	(43.229)	(156.956)	(36.348)	(486.477)	(89.982)	(812.992)	(821.824)
Reembolso	(45.024)	(17.800)	(65.240)	(75.568)	(82.799)	(286.431)	(197.269)
TOTAL	(88.253)	(174.756)	(101.588)	(562.045)	(172.781)	(1.099.423)	(1.019.093)

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, com Conglomerado o Itaú Unibanco S.A., são efetivadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, em condições de comutatividade, e referem-se basicamente:

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS/(DESPESAS)		
Receitas (Despesas)	1.086.908	961.192
Contraprestações Recebidas - Itaú Unibanco S.A	1.087.508	961.665
Taxa de Administração de Carteira - Itaú Corretora S.A	(486)	(365)
Aluguel	(114)	(108)

Além das operações acima discriminadas, a Fundação Saúde Itaú, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou despesa gerais no valor de R\$ 1.494 (R\$ 1.218 em 2017) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 17 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em 23 de novembro de 2018 a ANS publicou a Resolução Normativa RN nº 435, que altera a Resolução Normativa - RN nº 103, de 17 de junho de 2005, que dispõe sobre o lançamento da Taxa de Saúde Suplementar, instituída pela lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, regulamenta o processo administrativo fiscal no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar e dá outras providências. Esta Resolução Normativa entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Em 20 de dezembro de 2018 a ANS publicou a Resolução Normativa RN nº 442 Altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Deve ser iniciada até 1º de janeiro de 2020.

A Fundação Saúde Itaú está analisando os efeitos que a nova resolução poderão ter em suas demonstrações contábeis.

CONSELHO CURADOR

Presidente

Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes

Conselheiros

Andre Luiz Prima Ribeiro
Arnaldo Cesar Serighelli
Carlos Henrique Donegá Aidar
Cícero Marcus De Araújo
Renato Gnecco Avelar

DIRETORIA

Presidente

Marcelo Teixeira Leão

Diretores

Reginaldo José Camilo
Marco Aurélio De Oliveira

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Titulares

André Giordano Neto
Antônio Guimarães de Oliveira
Arnaldo Alves dos Santos

Conselheiros Suplentes

Rodrigo Andrade De Moraes
Ted Silvino Ferreira
Marco Antônio Boni Mazini

CONTADORA

Selma Freitas de Andrade
CRC SP-263.694/O-4